

d
d t

diferencial  1

O PAPEL DO
ENSINO
NA FORMAÇÃO
CÍVICA



Esta edição do Diferencial chega com uma nova direcção e uma nova imagem. Ao procurar a derivada de uma função pretendemos conhecer como varia: o comportamento que tem no seu domínio. Da mesma forma, a escolha do d/dt como símbolo surge do desejo de derivar conclusões e desemaranhar certas temáticas na sociedade e no mundo. Com a (arbitrariamente pequena) humildade de um diferencial, aspiramos a inflamar - de forma honesta e ponderada - o diálogo estudantil através da exposição e análise dos assuntos que consideramos mais merecedores da atenção dos nossos colegas.

A questão mais célebre da filosofia: “Como viver bem?” estende-se trivialmente a “Como viver bem com outros?” - “Como viver bem em grupos de milhões?” por encadeamento chegamos a uma pergunta central à democracia: “Como colaborar em grande escala?” Como coordenar o capital, espaço, esforço, para que o todo seja mais que a soma das partes? Parece surpreendente que uma boa solução não tenha surgido. No entanto, a melhor até agora consiste num modelo em que toda a gente pode votar regularmente para escolher as pessoas que tomarão depois as decisões do dia a dia no melhor interesse dos eleitores.

A democracia representativa oferece benefícios quando comparada com as alternativas: evitam-se disputas de sucessão; o indivíduo tem mais voz na vida pública sem ter de se envolver nos detalhes penosos; e a vontade colectiva é traduzida (ou devia) em decisões políticas. No entanto, também tem fragilidades: nomeadamente, as decisões tomadas serão apenas tão sensatas quanto a maioria da população adulta; e enquanto que um eleitorado iluminado consegue eleger governos competentes e sensíveis, também é verdade que a saúde do voto pode ser atacada por obscurantismo, desinformação, e apelos aos preconceitos dos quais, apesar de tudo, nem sempre nos conseguimos separar.

Guiados por estas perguntas, encontramos um ponto de utilidade crítica para a saúde do nosso “motor de colaboração”. O ensino, que nos acolhe e molda a todos ao longo de (pelo menos) 12 anos. Quando facultadas a cada indivíduo, um mínimo de ferramentas básicas como espírito crítico, literacia de media, sustentabilidade, e educação para a democracia, pode fazer um mundo de diferença no sumo que tiramos do processo democrático. Daqui derivamos o foco na formação cívica - não apenas a disciplina da escola - mas a preparação de cidadãos para compreender o mundo, escolher representantes, escrutiná-los, e tomar acção.

Assim, oferecemo-vos este primeiro volume do ano lectivo, uma breve exploração sobre o papel do ensino na formação cívica.

Ficha Técnica

DIREÇÃO

Bernardo Leite, Diana Oliveira e Francisco Carvalho

REDAÇÃO

Alina Chervinska, Diana Oliveira, Francisco Carvalho, Francisco Nogueira, João Gonçalves, Miguel Ferreira e Paulo Moniz

REVISÃO

Alina Chervinska, Ana Lúcia Tiago, Diana Oliveira, Joana Brito, João Gonçalves, Madalena Theriaga e Miguel Ferreira

EDIÇÃO GRÁFICA

Beatriz Freitas, Diana Oliveira, Francisco Carvalho e Madalena Antunes

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Mário Pinto Balsemão

GESTÃO DE PLATAFORMAS ONLINE

Diana Oliveira

APOIOS



* O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco no subtítulo.

O PREÇO DO CONHECIMENTO

Miguel Bombarda

Estar quieto e calado a ouvir ou a pensar durante muito tempo pode ser doloroso. Mas nunca esqueçamos, também é muito doloroso depilar as virilhas com cera e, mesmo assim, há muita gente que o faz.

“Tu já sabes tudo o que é preciso saber, o que os outros dizem não interessa. Tu já sabes o teu caminho, basta que o descubras dentro de ti.” disse-me no outro dia o meu tio que quer lançar-se no negócio dos livros de auto-ajuda e anda a ensaiar uns acordes. Eu disse-lhe que estava tudo muito bem, mas que era preciso que ele colocasse o cinto de segurança porque o carro estava a apitar há 5 minutos e com aquele chinfrim eu não conseguia conduzir. Enfim, segurança rodoviária à parte, creio que o meu tio foi capaz de captar uma ideia que se vai mantendo à tona no mar revolto das tendências: a lógica segundo a qual cada um de nós nasce um produto finalizado e que não há melhorias a fazer.

Não nego que este tipo de dogmas é benéfico para pessoas com auto-estima baixa. Porém, é irritante junto de pessoas com tendência natural para o narcisismo e é catastrófico para os professores, que todas as manhãs entram em salas de aula cheias de jovens, os quais, apesar de não serem capazes de ler “Os Maias”, são bons demais para estarem ali a aprender qualquer coisa. Para além deste clima, como se pode defender a importância da escola quando imensas figuras públicas acham, a julgar pela falta de escrúpulos com que mentem no seu currículo, que ela é dispensável? Sócrates, pisando as relvas dos jardins de Atenas, dizia que só sabia que não sabia nada; volvidos quase 2500 anos, parece que toda a gente tem a certeza que sabe tudo o que precisa de saber.

Mas mesmo que não houvesse maus exemplos, a escola, por si só, continuaria a ter um problema de relações públicas: ir às aulas

é, verdadeiramente, uma enorme maçada. Estar quieto e calado a ouvir ou a pensar durante muito tempo pode ser doloroso. Mas, nunca esqueçamos, também é muito doloroso depilar as virilhas com cera e, mesmo assim, há muita gente que o faz. Há uma boa razão para isso: o terror de ter pêlos nas zonas íntimas é superior à dor de as ter depiladas. Ora, é esta lógica que interessa transportar para o ensino: o terror de ser ignorante tem de ser superior à trabalhadeira associada à aprendizagem. Assim, por mais dores de cabeça que lhes dêem as equações, por mais espessos que sejam os livros que tenham que ler, os alunos vão saber que se estão a desenvolver e a impedir que cresça a estupidez, esse monstro pernicioso.

Se for possível explicar isto na prática, talvez a escola passe a ser vista com mais respeito. Porque fora da escola, na “vida real”, quando os alunos tiverem que se valer por si mesmos e mostrar quem são, vai valer a pena que sejam capazes não só de apresentar uma pele macia e depilada mas também uma capacidade de raciocínio independente, sem dogmas, sem mal-entendidos e, sobretudo, com humildade perante aquilo que não se sabe. As zonas íntimas, essas que estão para lá da superficialidade das fotografias, são as mais importantes e nisso os livros de auto-ajuda têm razão. No que eles falham é em dizer que essas zonas são perfeitas por princípio. Não são.

O perigo dos pêlos, assim como da ignorância, é que ambos estão sempre a crescer e por isso é fundamental que os mantenhamos controlados.

UMA AUTÓPSIA À FORMAÇÃO CÍVICA

Portugal é uma democracia exemplar. Uma república próspera e sem corrupção, porque o povo não deixa. Não vale a pena tentar roubar: a imprensa - fiel à preferência do público - vigia e escrutina os três pilares do governo. O cidadão português é confiante, capaz, e participa no moldar da sua comunidade local; o cidadão conhece os seus deveres e direitos; mas, mais importante, sabe que todos os conhecem e que por isso vive seguro, soberano.

por Francisco Carvalho*

Era bom, não era? Motivados pelas elevadas taxas de abstenção e a quebra da confiança no governo, vamos mergulhar na morgue das políticas públicas.

HORA DO ÓBITO: 00:00H, 5 de Julho 2012

NOME DO FALECIDO: Área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica

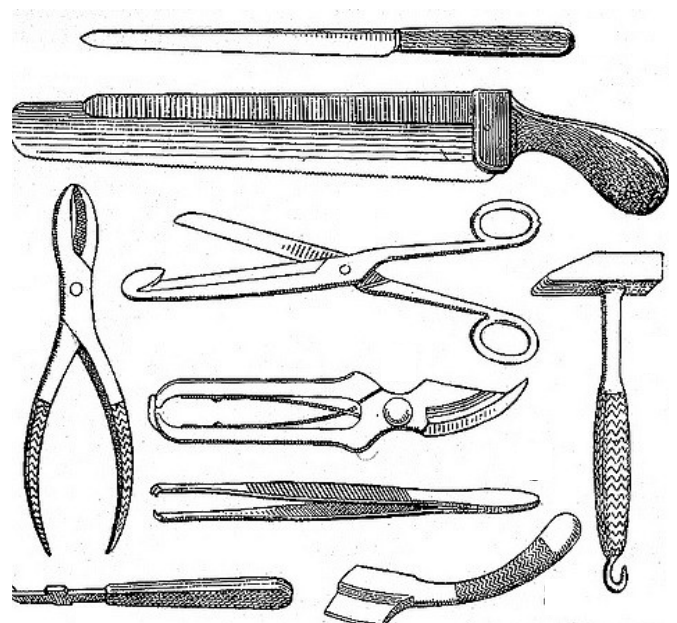
Formação Cívica foi extinta em 2012. Nas palavras do Ministério da Educação (ME), Formação Cívica (FC) foi pensada como um **"espaço privilegiado"** para o desenvolvimento da educação para a **cidadania**, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso nomeadamente ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação individual e colectiva na vida da turma, da escola e da comunidade" (Decreto-Lei nº6/2001).

Apesar da importância do seu papel na sustentabilidade do sistema democrático, FC não era particularmente eficaz. Se tiveste Formação Cívica nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, o mais provável é que te lembres dela como pouco mais que um horário de atendimento com a DT - um desperdício de tempo. Antecipa-se uma causa de morte natural, mas examinemos o corpo.

Nos pulsos encontram-se hematomas característicos de arrastamento, mas mais importante: pedacinhos de folha de teste. Tudo aponta para as disciplinas curriculares de apoio aos exames nacionais - perdão, Matemática e Português, que ocuparam as horas deixadas vagas por FC.

O bisturi que será utilizado é uma **análise estatística** às práticas e metodologias^[1] utilizadas em FC, a única ferramenta adequada

que encontrei. A primeira incisão revela atrofia nos tecidos musculares superficiais, o que sugere um estilo de vida sedentário, se não mesmo uma



letargia inconsequente.

"É de realçar que, desde a implementação da ACND(Área Curricular Não Disciplinar) de FC, **não foram avaliadas** práticas, nem metodologias de ensino." ^{[1]p.80}

Para atingir objectivos - neste caso, o de dotar futuros cidadãos com as ferramentas de que precisam para se governarem e empreenderem livremente - **são precisas métricas**. Sem dados empíricos, não há certezas sobre se uma política está a ter o efeito desejado. Hm... É quase como se os resultados não importassem para quem toma as decisões...

Continuando. Expostas as vísceras, é impossível ignorar o cheiro pútrido de um organismo negligenciado. Por inspecção imediata à cor da bÍlis temática (um cinzento pastoso), a suspeita mais óbvia confirma-se: "A actividade mais realizada na ACND de FC é o tratamento de

questões e assuntos respectivos da Direção de Turma.”^{[1]p.69}

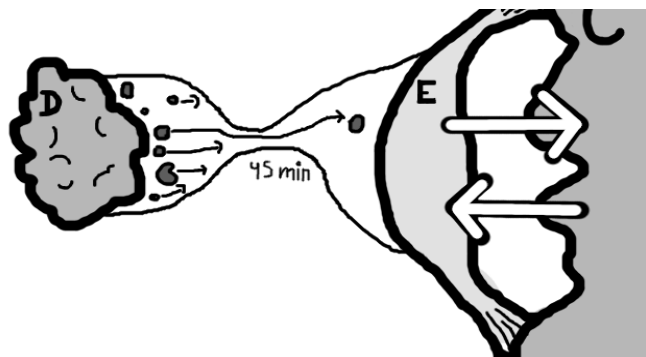


Ilustração 1: O Sistema de aprendizagem cívica professor-aluno

O sistema de aprendizagem cívica professor-aluno está claramente danificado, mas vamos por partes:

- A **glândula Docente (D)**, que é a grande precipitadora da acção, é tipicamente responsável por produzir substâncias como “Conhecimento”, “Apoio”, “Orientação”, “Espírito Crítico”, e “Empatia”.

- A **aula (A)**, o tracto que transfere os químicos da glândula para o tecido Estudante.

- O tecido Estudante (E), o grande protagonista da aprendizagem cívica, é quem efectua a maior parte da acção, e é geralmente o motor criativo de todo o processo. Quando é estimulado segrega “Consciência social” e “Confiança”, que o tornam mais robusto. Liberta periodicamente cidadãos preparados para viver em sociedade e para a melhorar.

- A **comunidade local (C)**, que é ao mesmo tempo um complemento ao apoio que a Docente dá, e o meio onde o Estudante actua - importante na preparação e integração de qualquer indivíduo.

As observações:

- Traços de inflamação na **glândula Docente** indicam esforço para compensar as pobres concentrações de certos nutrientes:

- o “As orientações/instrumentos do ME são pouco suficientes para a formação social e pessoal dos alunos para a disciplina e formação para professores”^{[1]p.69}.

- o “Defendem expressivamente que necessitam de formação adicional para desenvolver a ACND de FC;”

- Não é surpresa que, não recolhendo

informação sobre as necessidades operacionais de FC, o ministério não a tenha alimentado em condições.

- A **aula** semanal apresenta um diâmetro reduzido, de 45 minutos, que os professores citam como “a maior dificuldade da ACND de FC”.

- Inspeção do tecido Estudante é consistente com as medições na glândula docente: “As aulas são leccionadas consoante o à vontade dos professores relativamente ao tema/conteúdo tratado”.

- Sem receber uma concentração suficiente dos agentes produzidos pela glândula Docente, o tecido Estudante acabou atrofiado e apático: “a maioria dos alunos percebe que a disciplina é apenas de “importância razoável”^{[1]p.69}, no entanto considera a carga horária adequada.

Por uma questão de retórica, imaginemos a cura - ou melhor, prevenção - destas mazelas, já que careciam apenas de atenção e **soluções práticas** como:

- Um **plano curricular** mais estruturado pela parte do ME;

- **Formação adicional** dos professores no que toca a responsabilidade social, política e administração pública;

- **Mais tempo**;

- **Actividades de debate** em sala de aula que proporcionem aos alunos imersão e nuance na discussão duma problemática, bem como exposição a perspectivas diferentes das suas, desenvolvendo empatia, tolerância e investimento emocional.

- **Projectos** envolvendo a **comunidade**, que para além de dotar o estudante com a confiança de que precisa para intervir no seu meio cívico, forjam elos e coesão locais que tornam as comunidades mais fortes.

Do cadáver que se encontra perante nós, só há uma conclusão a tirar: “A extinção de Formação Cívica “decorreu de ‘vontade política’, que não foi validada tecnicamente, nem negociada interactivamente com professores e outros actores políticos e da sociedade civil.”^{[1]p.80}

Após a implementação, uma política deve ser continuamente monitorizada, e esta análise pode - ou não - informar o seu fim. Mesmo assim, ignorar o devido processo é ilegítimo e grave;

mas parece-me ainda menos aceitável que os dirigentes de um povo de tradição marítima, com uma república recém restaurada, tenham um compromisso à saúde da democracia com a profundidade da poça que se formou aos pés desta mesa de autópsia.

CAUSA DE MORTE: Revisão curricular após negligência prolongada.

seguem as consequências de desastres naturais, aproximando estudantes do processo de apoio à reconstrução; e em certas escolas seleccionadas, estudam-se antigos casos jurídicos sobre direitos civis como forma de estimular espírito crítico e consciência social nos alunos.

Vive-se hoje um admirável mundo novo onde a globalização e o acelerar estonteante da tecnologia de comunicação (entre outras)



É com **indiferença** e distanciamento que são tomadas as decisões que afectam um futuro que não afecta quem as toma. No lugar de Formação Cívica foi deixada uma outra coitada, mais frágil: uma “**oferta complementar** e facultativa de actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos”. Sem espaço e tempo próprios, sem indicações formais sobre métodos ou temática na abordagem aos assuntos; e claro, continua sem ter um mecanismo de monitorização da performance das disciplinas. **Nada indica investimento** ou preocupação nesta área e o pouco que há, o autor interpreta-o como o lançar de um osso mal comido.

A título de exemplo, até nos EUA – uma nação com um “compromisso social” menos intenso que o português – os currículos escolares acompanham a eleição presidencial com debate;

abrem um vazio de poder, um **wild west** de sistemas complexos no qual as nossas instituições rastejam para se adaptar. Para sobreviver a estes abalos tectónicos da sociedade **precisamos de cidadãos adaptáveis** e competentes na descodificação das complexidades do mundo.

Um **novo contexto histórico** exige uma cidadania mais crítica, empática e comprometida. Para esse fim, é preciso uma aprendizagem inserida na comunidade com acção prática no mundo real, de motivações claras, contextualizadas no funcionamento das nossas instituições, e abordagens transparentes e democraticamente escolhidas.

É preciso Formação Cívica a sério.

[1] LOPES, Maria. Área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica - Diagnóstico da sua Operacionalização e Identificação de Práticas e Metodologias. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2013.

ESTE PAÍS NÃO É PARA VELHXS POLÍTICXS!

É cada vez mais necessário que nós, millenials incompreendidos, aumentemos a nossa participação cívica, não caindo no perigo de criar uma sociedade desinteressada e perigosa, com vazios de poder, arredada de criatividade e radicalizada.

por Paulo Moniz*

Não estarei longe da verdade ao dizer que a forma como nos envolvemos activamente na sociedade, enquanto cidadãos, é a nossa forma individual de fazermos política. Tradicionalmente, seguir carreira com uma cor partidária e almejar aplicar novas leis e fazer aprovar novos projectos tem sido, porventura, o modelo de participação cívica que, do alto do poder, mais consegue mudar toda uma sociedade.

Assim tem sido, é sabido, mas a balança das estatísticas já não pesa por esse caminho. A Presidência da República patrocinou, recentemente, um estudo demonstrando que 57% dos portugueses entre os 15 e os 24 anos não revelam qualquer interesse na política, número confirmado pelo relatório de 2018 da OCDE que coloca Portugal em primeiro lugar na lista de países europeus em que os jovens mostram esse mesmo desinteresse. Em termos mundiais esse valor não é muito diferente, com 52% dos millenials a não se reverem nos sistemas políticos dos seus países.

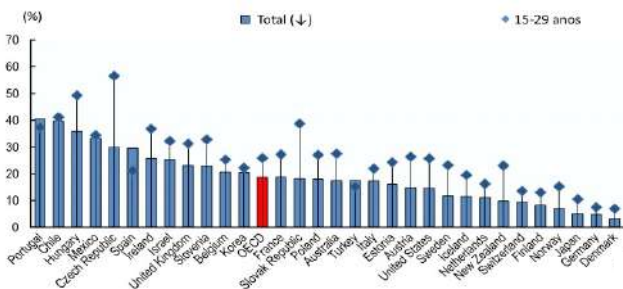
imediatamente – o desemprego e a sua precariedade, por exemplo – e aquelas que num futuro muito próximo nos tocarão – os efeitos das alterações climáticas, as desigualdades sociais, o modelo de financiamento do sistema de pensões. Associada à falta de soluções está, também, a diminuição do número de jovens nas cadeiras do poder português. Na Assembleia Constituinte de 1975 eram 38% os deputados com menos de 35 anos, hoje essa percentagem fica-se pelos 14%. Isto não significa, necessariamente, uma falta de representatividade, mas está a incrementar o hiato geracional e a minar a necessária renovação de

«57% dos portugueses entre os 15 e 24 anos não revelam qualquer interesse em política.»

ideias e políticas públicas direccionadas aos mais novos.

A verdade é que nós jovens, mais ou menos millenials, nascidos e educados num ambiente digital cada vez mais desfasado da velha política de gabinete e de eleições quadrienais, não estamos, de todo, alheados de participação cívica, não estamos à espera que eles façam alguma coisa e não estamos com paciência para esperar que se faça algo. E se tudo isto não te soa a estranho, então acabas de te rever naquilo que são as novas formas de participação cívica.

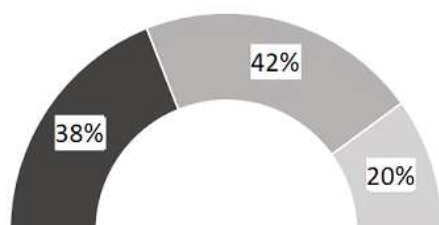
O Eurobarómetro de 2018 sobre a juventude europeia, para uma população entre os 15 e os 30 anos, indica que estamos a mudar a nossa forma de fazer política, com mais participações de proximidade e menos envolvimento na velha política partidária. Está a aumentar a nossa envolvimento em organizações de voluntariado com impacto directo na comunidade local, de defesa e promoção dos direitos humanos, do



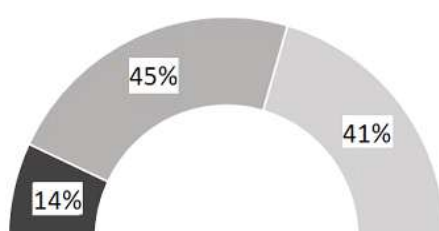
Percentagem de jovens que indicam não ter qualquer interesse na política, 2012-2014, OCDE

Portanto, tu, jovem millennial incompreendido, não estás só neste sentimento de descrença, e as razões são várias. A nossa confiança nos governos e representantes tem caído e a nossa afluência às urnas tem diminuído, isto porque têm falhado os resultados nas políticas públicas que mais nos afectam no

domínio das alterações climáticas assim como de outras organizações não ligadas a partidos políticos.



Assembleia Constituinte



XIII Legislatura

■ <35 anos ■ >35 a 50 anos ■ >50 anos

Não estou sozinho nesta ideia de que a mudança de políticas, de hábitos e até de economia tem de partir de baixo como exigência nossa, com promoções individuais de cada cidadão num activismo diário de melhoria da sociedade. De nada vale ficarmo-nos pela ideia, buscarmos desculpas pueris de inércia pessoal, quando aquilo que se busca não é um herói para o mundo, mas um cidadão activo na sua pequena comunidade, e isso tem um grande poder.

É inegável que a nossa sociedade está cada vez mais ligada ao mundo online, e com isso, também está a forma como nos relacionamos uns com os outros, como consumimos informação e como discutimos vários temas que nos afectam. Parece-me, portanto, expectável que as abordagens tradicionais de tomada de decisão também comecem a mudar para este plano. Timidamente, os governos já perceberam isso, e em Portugal, desde 2017 decorre anualmente um orçamento participativo jovem, com ideias dos jovens e para os jovens (o deste ano ainda decorre em opjovem.gov.pt).

Aqui ao pé, há o exemplo de André Couto, 36 anos, presidente de Junta de Freguesia de Campolide, que ao perceber o afastamento dos mais jovens na participação cívica e política decidiu tirar um curso de DJ, e ser ele a passar música nas festas e arraiais.

«Não estamos à espera que eles façam alguma coisa e não estamos com paciência para esperar que se faça algo.»

Bastando isso, passou a ter uma maior interacção nas suas páginas de Facebook e Instagram com comentários e mensagens vindas do público que ele queria alcançar. Também, às quintas-feiras, faz um vídeo directo via Facebook, em que fala do trabalho que está a ser feito na freguesia e está aberto à participação directa de todos.

Parece ter havido uma mudança, é certo, mas não um desinteresse completo na vida cívica. Tem falhado, isso sim, a passagem da mensagem que a política representativa é necessária ao funcionamento da nossa sociedade democrática.

[1] Estudo "Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens numa perspectiva comparada", feito em 2015 com o patrocínio da Presidência da República (<http://hdl.handle.net/10451/22363>);

[2] OECD Youth Stocktaking Report (<http://www.oecd.org/gov/youth-stocktaking-report.htm>);

[3] Inquérito global realizado pelo Financial Times em parceria com a Telefonica (<https://www.telefonica.com/en/web/public-policy/blog/article/-/blogs/financial-times-telefonica-millennials-summit-outcomes/>);

[4] Flash Eurobarometer 455: European Youth - http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2163_455_ENG

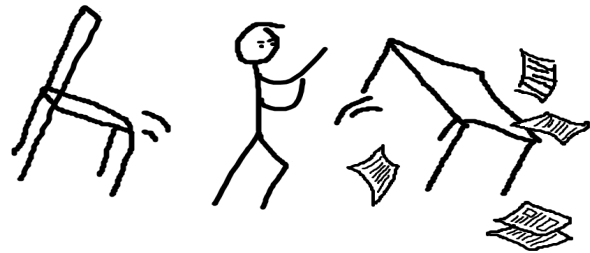
ENTRE A AÇÃO E A INÉRCIA

Quando vivemos em grandes grupos, como acontece nas extensões da selva urbana, a tendência para desviar o olhar e seguir caminho adormece cada vez mais a compaixão pelo outro. Por isso, surge a necessidade de a despertar. Mas não a fazemos lançar-se de imediato para muito longe. Por enquanto, ela pode habitar confortavelmente no bairro local.

por Alina Chervinska



Sr. Poe



Sr. Poe fora de si

Consideremos um indivíduo. Pode ser o Sr. Poe. No seu dia-a-dia, o Sr. Poe depara-se com variadas situações: algumas alegram-no, outras deixam-no indiferente e ainda outras deixam-no fora de si. Resultam na maior parte da interação com os outros e são de foro pessoal.

Acontece, porém, que há coisas que realmente o incomodam, mesmo que não o toquem diretamente ou de maneira imediata. "É injusto."- pensa. Avalia o grau de incómodo provocado, pondera nas possíveis ações a tomar, pesa as implicações a nível de gastos de tempo e de recursos da sua parte, até que por fim toma uma decisão. Temos a oportunidade única de seguir o Sr. Poe na sua mirabolante aventura deste exercício mental. Sobe o pano do seu cérebro.

"Se a greve de transportes chateia tanta gente, porque razão é que simplesmente esperamos que elas passem (desenrascando-se, entretanto, cada um como pode) para, uma vez findas, suspirarmos de alívio e prosseguirmos com a vida habitual? É um sintoma de um problema e quem faz greve está a tentar aliar mais vozes ao seu protesto prejudicando os utentes das estruturas: quanto mais população revoltada, mais dificilmente o tema é ignorado pelas autoridades. Mas existe um percalço neste esquema: se a

população afetada pela falta de transportes não se junta aos demais - nada feito. O que significa que as greves voltar-se-ão a repetir. (Preciso de comprar mais pão.)

...Então e porque é que a negligência pelas pessoas de idade é um facto conhecido e, no entanto, permanente? (A bateria no meu telemóvel aguenta cada vez menos tempo.) Também é verdade que a construção daquela sinagoga na Rua do Plátano há anos que está à espera de ser terminada. Mas toda a gente parece estar sempre tão ocupada com outros assuntos... (Não me posso esquecer de reservar uma mesa para o jantar logo à noite.) E, mais importante ainda, por que será que estes pensamentos habitam a nossa mente por alguns minutos e depois a abandonam, empurrados por considerações mais agradáveis ou mais próximas à pele?"

Mentes mais organizadas do que a do Sr. Poe já se debruçaram sobre a inércia social.

«O stress instantâneo é apaziguado pela presença de outras pessoas, que certamente tomarão ação. O perigo é que quase toda a gente pensa que em está ao lado é que vai agir, o que resulta numa paralisia generalizada.»

Por exemplo, em 1970, Latané e Darley constataram, numa série de experiências sociais, que numa situação de emergência a probabilidade de resposta do indivíduo num grupo diminui com o aumento do número de pessoas no grupo. Por outras palavras, o stress instantâneo é apaziguado pela presença de outras pessoas, que certamente tomarão ação. O perigo é que quase toda a gente pensa que quem está ao lado é que vai agir, o que resulta numa paralisia generalizada. Este efeito, chamado difusão da responsabilidade, pode aplicar-se não só a situações pontuais de rua, mas também a fenómenos sociais, como a tolerância da xenofobia ou do abuso sexual ou até as greves de transportes públicos.

Mais uma possível explicação para a inércia social é a Hipótese do Overload Urbano ^[1], que nos faz anuir com a cabeça quando afirma que dada a enormidade das carências encontradas em locais urbanos, a tendência do habitante da cidade de empatizar com o próximo torna-o física e emocionalmente vulnerável. Daí que a diminuição do seu círculo de simpatia surja como medida defensiva e quase inevitável.

Outros (refiro-me às mentes não menos brilhantes de alguns dos meus amigos) dirão que deixar passar é mais fácil e

Contudo, enquanto continuarmos a ser presenteados com situações que nos deixam indignados, a vontade de mudança é o único motor que as poderá corrigir, donde vem que a consciência dos fatores que perpetuam a inação e a sua deliberada contrariação é das melhores qualidades que uma pessoa pode possuir com vista a melhorar o mundo à sua volta. Neste contexto, não devem ser ignorados nem o valor do exemplo nem o efeito de bola de neve: as vontades dos outros entram em ação quando põem os olhos na vontade inflamada do pioneiro.

Posto isto, consideremos o assunto do outro lado: o que é que leva o indivíduo a agir? Neste ponto, o foco do pensamento do Sr. Poe dirige-se para um estudo^[2] acerca do altruísmo, conduzido numa comunidade (Hassledorn Houses) formada por famílias com baixos rendimentos em Nova Iorque, EUA, e publicado em 2009. Algumas das conclusões tecidas são valiosas para a questão colocada no início deste parágrafo, pois o altruísmo é uma das formas de participação cívica. Ora, entre as razões que levam os indivíduos marcadamente altruístas a agir estão os modelos (familiares, conhecidos, desconhecidos), o reconhecimento dos problemas (de uma pessoa separadamente ou da comunidade como um todo), valores e

«Outros dirão que deixar passar é mais fácil e mais cómodo, quando não somos afectados directamente ou os danos colaterais não nos atingem, pois criar perturbações na inércia exige consideráveis gastos energéticos e temporais.»

mais cómodo, quando não somos afetados diretamente ou os danos colaterais não nos atingem, pois criar perturbações na inércia exige consideráveis gastos energéticos e temporais: é mais difícil do que seguir um correr de costumes já estabelecido.

Haverá mais razões para a passividade cívica? Com certeza, tais como a falta de tempo, porque o Sr. Poe é um estudante aplicado ou um trabalhador full-time ou, pior ainda, trabalhador-estudante; a misantropia ou até a sólida crença na insignificância das próprias ações, entre outras.

princípios morais, entre outros. É igualmente importante notar que, para além destas razões indígenas, é de enorme relevo o contacto próximo com a problemática local: todos os dias eles se deparam com os calos sociais locais.

Outro aspeto que se pode detetar e que é essencial para a vontade germinar em ação é a dimensão da comunidade: Hassledorn Houses é pequena o suficiente para os seus habitantes se sentirem pessoalmente responsáveis pelos processos que lhe são internos e também para não

haver necessidade de ninguém diminuir o seu círculo de simpatia (pois o caudal de problemas externos não é tão intenso como numa grande cidade). Para além disso, é fisicamente mais fácil detetar um problema e cogitar numa possível solução apenas no meu bairro do que em toda a Lisboa.

A redução de escala parece, então, ser o segredo: a ação local é mais realizável e, portanto, o seu efeito mais tangível.

Não deixemos de ponderar sobre mais um pormenor: como já foi mencionado, a comunidade-alvo do estudo continha quase

«É verdade que a escassez torna as paredes das casa finas, vai abrindo aos poucos as portas e impõe a cooperação e entreaajuda como condição necessária à sobrevivência e perservação das boas relações humanas.»

exclusivamente famílias com reduzidos meios financeiros, o que leva a perguntar se o nível de vida terá influência na nossa resposta a situações externas de foro social. É verdade que a escassez torna as paredes das casas mais finas, vai abrindo aos poucos as portas e impõe a cooperação e entreaajuda como condição necessária à sobrevivência e preservação das boas relações humanas. Reciprocamente, será acertado afirmar que a segurança material daqueles que a têm afasta a realidade das carências dos outros?

Se isso for verdade, então a mera diminuição de escala das comunidades em que vivemos não bastaria para fomentar a ação cívica, pois a desigualdade económica continuaria a ser um impedimento. Torna-se necessário procurar e despertar a compaixão e a humildade que há em cada um de nós. Qual o papel do ensino formal e informal no seu despertar?

O Sr. Poe decide começar aos poucos e onde a sua mão chegar.



[1] Milgram (1970)

[2] "The Social Production of Altruism: Motivations for Caring Action in a Low-Income Urban Community" por Mattis J. M., Hammond W. P., Grayman N., Bonacci N., Brennan W., Cowie S. A., Ladyzhenskaya L., So S.

QUEBRANDO OS PARADIGMAS DO ENSINO

Por vezes é tentador criticar os aspetos menos apelativos do atual sistema de ensino, mesmo sem conhecer as razões por detrás da sua existência. Paralelamente, é igualmente frequente aceitar sem resistência ou ponderação as suas características basilares. No sentido de modernizar o ensino, há que tentar compreender um pouco melhor a sua história e, sobretudo, pôr em causa ideias até hoje incontestavelmente aceites.

por Francisco Nogueira e João Gonçalves



É no sentido de tentar alcançar essa modernização que recuamos até à origem dos princípios regentes do sistema de educação como hoje o conhecemos. Foi Frederick II da Prússia quem, em 1763, aprovou o decreto *Generallandschulreglement*, que estabelecia as bases do primeiro sistema público e secularizado de ensino generalizado na Europa. Este novo regime pretendia garantir uma educação de qualidade providenciada por profissionais pagos e especializados, bem como assegurar o alcance da mesma a qualquer criança entre os 5 e os 14 anos, independentemente das suas posses, classe social ou até género. A grande vitória deste sistema foi a maneira como se tornou uma ferramenta de preparação de todas as crianças para a vida numa sociedade cada vez mais industrializada, fornecendo-lhes competências até então restringidas a uma pequena porção da sociedade, como sejam a leitura e a escrita, mas

também a formação artística e religiosa.

O sistema de educação atual deve muito ao sistema Prussiano. As escolas estavam organizadas de forma análoga a uma linha de produção, existindo um toque de campainha para que os horários fossem devidamente cumpridos, sendo necessário colocar a mão no ar para falar, sendo as turmas formadas tendo em conta as idades dos alunos (como se isso fosse um fator que os unisse mais do que os seus gostos ou capacidades) e sendo as disciplinas ensinadas separadamente, ignorando qualquer relação que pudessem ter entre si. É impossível não ponderar se a reverência pelos valores popularizados por este sistema (na altura inquestionavelmente revolucionários) nos estará a cegar à possibilidade de que a educação para a vida no mundo moderno requeira um conjunto distinto de princípios orientadores. Será que alguns destes métodos, mesmo parecendo

à partida evidentes e sendo hoje questões tão fundamentais do nosso sistema de educação, não deveriam ter sido repensados ao longo dos últimos séculos de forma a acompanharem a evolução da sociedade e poderem dar resposta

«A grande vitória deste sistema [educativo] foi a maneira como se tornou uma ferramenta de preparação de todas as crianças para a vida numa sociedade cada vez mais industrializada, fornecendo-lhes competências até então restringidas a uma pequena porção da sociedade.»

aos diferentes problemas que se têm vindo a levantar desde a sua conceção?

A verdade é que muitas vezes é necessário adaptar o sistema de ensino às necessidades do presente, e disso tivemos vários exemplos ao longo da História do nosso país. Tradicionalmente, a educação era consagrada ao clero, com ordens religiosas como a dos Jesuítas a construírem inúmeros colégios de frequência gratuita por todo o país ao longo dos séculos. O processo de aproximação do ensino português aos padrões modernos em que hoje o conhecemos pode ser apontado como tendo começado com a Implantação da República, a 5 de outubro de 1910. O novo regime aboliu de imediato o ensino lecionado por ordens religiosas, que foram mesmo levadas a sair do país, e impôs novas metodologias de educação visando incutir o civismo e noção de liberdade nos jovens desde tenra idade, criando para isso os primeiros jardins de infância, e tendo como prioridade o combate ao analfabetismo.

Apesar de tudo, muitos destes avanços vieram a ser revertidos com o período de ditadura militar. A escola passou a ter um carácter nacionalista e o combate ao analfabetismo deixou de ser prioritário, passando a ignorância da população a ser vista como uma vantagem para o Estado. A separação de rapazes e raparigas nas escolas e a obrigatoriedade do ensino primário apenas para os rapazes são outras medidas notáveis.

Finalmente, chegamos ao 25 de abril de 1974 e à restauração do regime democrático. A luta

contra o analfabetismo volta a adquirir um estatuto prioritário, bem como o alargamento da inclusividade na educação: o carácter obrigatório da escolaridade é alargado ao 9º ano e a entrada no ensino superior passa a estar ao alcance de alunos do ensino técnico, profissional e maiores de 25 anos (no Estado Novo só era possível para alunos do liceu). A separação por géneros deixa de ser compulsória e eventualmente cai em desuso. Mais recentemente, e já no século XXI, o ensino obrigatório é novamente expandido, desta vez até ao 12º ano.

Atualmente, a necessidade de proporcionar um sistema de ensino dinâmico e orgânico implica a adaptação do mesmo a um mundo moderno onde as pessoas são cada vez menos vistas como meros operários obedientes cujo trabalho mecânico alimenta uma máquina de produção e cada vez mais como indivíduos criativos. O impacto de um sistema de ensino estruturado nos moldes do nosso faz-se sentir, por exemplo, na maneira gritante como algumas áreas do saber são subvalorizadas em relação a outras. O caso óbvio é o da arte, comumente menosprezada na maioria dos países desenvolvidos em prol das ciências. Isto faz com que exista uma distinção entre aqueles que são bons nas áreas mais valorizadas e aqueles que não o são, ignorando o facto de que mesmo assim possam ter um outro conjunto de capacidades que podem e devem também ser valorizadas, aproveitadas e incentivadas.

«A escola passou a ter um carácter nacionalista e o combate ao analfabetismo deixou de ser prioritário, passando a ignorância da população a ser vista como uma vantagem para o Estado [Novo].»

Um sistema de ensino mais direcionado para o enriquecimento e melhoramento pessoal de cada aluno enquanto indivíduo e cidadão de acordo com a sua personalidade e não confinado às mesmas regras estandardizadas e rígidas de avaliação que todos os outros poderia ser uma solução muito mais enriquecedora para a sociedade atual.

Neste mundo cada vez mais globalizado e



em constante e rápida mudança é essencial que cada indivíduo desde novo seja preparado para conseguir adaptar-se aos mais variados problemas e desafios que hoje em dia enfrentamos.

Não serão características como a criatividade tão ou mais importantes nos dias de hoje do que a capacidade de memorização e de reprodução de informação que mais se adequava às linhas de montagem? Talvez precisemos hoje, mais do que nunca, de indivíduos que tenham ao seu dispor todas as ferramentas possíveis para poderem evoluir no sentido que lhes seja mais benéfico e lhes permita alcançar todo o seu potencial pessoal, e não apenas no sentido de satisfazerem uma hierarquia social.

Talvez precisemos de cidadãos que sejam ensinados a pensar e, já que vivemos em democracia, a levantar a voz e a refletir sobre as questões mais urgentes, não se deixando seduzir pelo conformismo, e que lutem por uma comunidade mais justa para todos.

Para isso, é necessário olhar para as bases do nosso sistema de educação da forma mais crítica e imparcial possível e ponderar sobre se ainda fará sentido a forma como o ensino está organizado, mesmo que isso nos leve a questionar princípios tidos como fundamentais, tais como: **fará sentido que os alunos sejam**

separados por idades e que aprendam fechados em salas de aula acerca da realidade exterior de um mundo cada vez mais globalizado? Será produtivo valorizar mais uma resposta correta do que o raciocínio pelo qual é alcançada?

Estas e outras questões devem ser tidas em conta, por mais absurdas que algumas delas nos possam parecer, e talvez levar à realização de experiências com novas metodologias de ensino. Só revendo os princípios que orientam o ensino atualmente (alguns dos quais o fazem há cerca de duzentos anos) é que podemos entender o que é necessário mudar para alcançar um futuro onde a educação passe a priorizar a plena realização pessoal dos alunos enquanto indivíduos e a entenda como o enorme benefício para a sociedade que ela representa.

Primeira imagem cedida pelo Nationaal Archief (Spaarnestad Photo, SFA001008027): "Pupils with counting-frames in classroom, about 1930".

BRASIL: A AMEAÇA AO ENSINO E À DEMOCRACIA

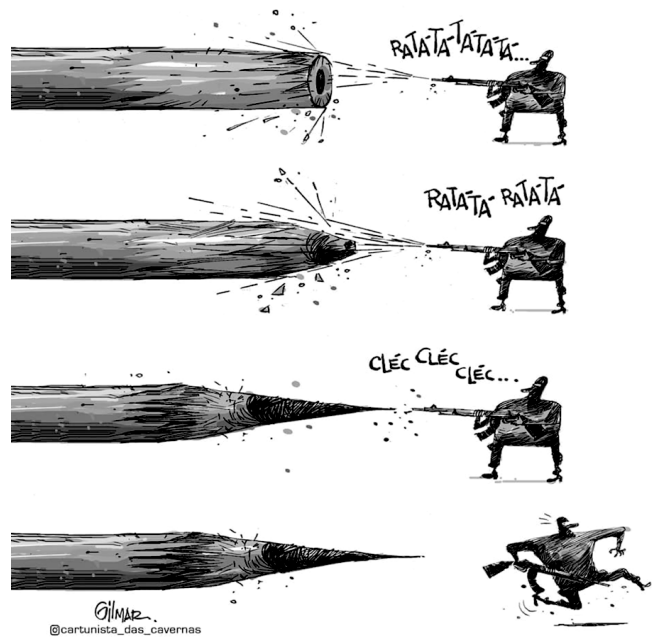
No passado dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil com cerca de 56% do voto popular. Com uma taxa de analfabetismo significativa, mas relativamente baixa para um país em desenvolvimento, perguntamo-nos: terá o Ensino falhado a Democracia? E irá a Democracia responder-lhe numa moeda similar?

por Diana Oliveira*

O Brasil, um país economicamente emergente, mas ainda assim em desenvolvimento, é perseguido por uma reputação de instabilidade social, política e económica que, aliada a algum preconceito, faria qualquer pessoa esperar deste povo uma taxa de analfabetismo mais alta do que de facto o é. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2016, esta era de 7.2%: um número por si só pequeno, mas reflector de 11.8 milhões de pessoas, de 15 anos ou mais.

No entanto, os únicos requisitos do alfabetismo serem o saber ler e o saber escrever descontentam-nos e o pesadelo acresce quando exigimos um pouco mais que isso, como distinguir um quadrado de um círculo ou de um triângulo (65% dos alunos do 5º ano não consegue fazê-lo^[1]). Ou ainda, talvez, saber dar ou retirar um sentido a um qualquer texto, talvez de mero carácter informativo, nada de Dostoievkis ou Pessoa: 29% da população brasileira, entre 15 e 64 anos, é-o incapaz. 38 milhões de pessoas são-no incapaz e são classificadas analfabetas funcionais, um termo relativamente recente utilizado para incluir aqueles que, mesmo sabendo ler e escrever, apresentam grande dificuldade em expressar-se por meio de palavras ou números e interpretar situações no seu quotidiano, inclusive filtrar e analisar criticamente informações, tais como notícias ou discursos de candidatos presidenciais.

Não é, portanto, ilógico que este analfabetismo se exhiba também politicamente, que gere seres apolíticos e que isso seja um alicerce contorcido de uma realidade sociopolítica desequilibrada. Olhemos para a crescente taxa de abstenção, que atingiu este ano o seu máximo desde 1998: 20.3%. Apesar de o voto ser compulsório, algo abolido em Portugal em 1933, as pessoas continuam a preferir não votar e, à falta de justificação, ser multadas (por norma R\$3.50, 4% do salário mínimo) e arriscar a perda de direitos, como o título eleitoral e a solicitação ou



renovação do passaporte.

Culpar unicamente um sistema de ensino falhado pelo analfabetismo político quando há outros canais para obter informação, como a televisão e o rádio, parece-nos injusto para com as capacidades individuais de cada um. Mas nos dias como os que correm, com luz a incidir em casos escandalosos como o de Cambridge Analytica, como resolver o problema da selecção, exclusão e manipulação de informação? Ainda este agosto, Eduardo Bolsonaro, filho do agora Presidente da República, se encontrou com Steve Bannon, um dos principais arquitectos no catapultar da campanha de Trump.

É ingénuo, também, pensar que só de desinformação se faz um apolítico e que estes podem justificar os 56% do voto popular que deram a vitória a Bolsonaro; a parca identificação do povo com os seus representantes, o aparente baixo volume da sua voz, a corrupção e crime impune, a falta de acesso aos direitos fundamentais também têm o seu contributo. As pessoas não estão só conformadas, estão também

cansadas e desesperadas, e as promessas da “coisa”^[2] são areia que mandam aos próprios olhos, consequência do esgotamento do Partido Trabalhista.

Alguma dessa areia vem das medidas educativas propostas na sua campanha que comprometem a democracia implementada com tanto esforço e dedicação, como, por exemplo, melhorar a qualidade do ensino abrindo um colégio militar em todas as capitais de Estado, promovendo a Escola à Distância (EaD), que “permite combater o marxismo” associado à ideologia de Paulo Freire, filósofo e pedagogo carioca, e promovendo também a Escola Sem Partido (ESP). A EaD desvaloriza a presença de um aluno, desde o ensino fundamental, na sala de aula, podendo receber as suas lições online, e aparecendo fisicamente apenas para fins de avaliação, e é tida por este novo Governo como uma forte aposta para os meios rurais para resolver problemas de deslocação dos alunos, quando na verdade se vê nela uma medida de desresponsabilização do próprio Governo em relação ao ensino das classes populares. O corte com a ideologia de Paulo Freire é, então, visível no corte do diálogo dentro da sala de aula, algo que ele estimava. “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”^[3].

«[A EaD] é tida como uma forte aposta para os meios rurais para resolver problemas de deslocação dos alunos, quando na verdade se vê nela uma medida de desresponsabilização do próprio Governo em relação ao ensino das classes populares.»

Já a ESP – que pode até soar bem, pois o tom de sala de aula não deve ser o de pregação, mas sempre o de discussão aberta sobre um qualquer tema – é mencionada como a “Lei da Mordaza”. Para além de ser uma proposta que visa impedir conversas políticas na sala de aula, nas vésperas das eleições passou também a excluir do diálogo noções como “género”, “orientação sexual” e “ideologia de género”. Inclusive criticada pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos,

que vê nesta proposta ameaças aos direitos humanos básicos, não só porque “a discussão sobre género é fundamental para prevenir estereótipos de género e atitudes homofóbicas”, mas também porque a proposta “permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas doutrinação”, impactando directamente na liberdade de expressão dos docentes, e apresenta ainda o risco de impedir “o desenvolvimento crítico nos estudantes e a habilidade de reflectir, concordar ou discordar com o que está exposto nas aulas”.

Enquanto isto, o Brasil não tem um ensino público de qualidade, nem tampouco tem, ou alguma vez teve, um programa e metas curriculares nacionais, e a queima de 200 anos de História com o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro só parece metaforizar, irónica e tristemente, a relação lamentável deste povo com a sua cultura e a sua educação.

Estas medidas educativas são tão descabidas para uma visão de extrema direita como era descabida a proibição de educação de escravos, nos EUA: a literacia era ameaça para a instituição da escravatura pois facilitava o conhecimento de revoluções de escravos bem-sucedidas, como a do Haiti, e permitia melhor acesso a informações sobre rotas de fuga. Como a história nos conta, isso nada impediu, só atrasou; um dos propósitos principais da literacia adulta é fornecer meios de emancipação e é também por isso que um país não deve esperar por uma reforma geracional para aumentar as taxas de alfabetização, mas estender a educação a todas as faixas etárias, de forma a também diminuir a exclusão social de que possam ser alvo por falta de literacia.

O povo brasileiro não deve ter só medo do discurso homofóbico, misógino e genocida cujo microfone é aquela “coisa”, mas também do tratamento que o sistema educativo vai receber enquanto ela estiver no poder e que pode empregar e moldar cérebros, levando o Brasil, não uns meros passos atrás, mas uma maratona inteira.

[1] Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

[2] Referência popular a Bolsonaro, criada durante a sua campanha presidencial.

[3] “Educação como Prática da Liberdade”, Paulo Freire. Imagem cedida pelo Cartoonista das Cavernas.

O ENSINO DEMOCRÁTICO – A ESCOLA ONDE O ALUNO É TAMBÉM CIDADÃO

As pessoas, enquanto crescem, não têm alternativa que não seja adquirirem conhecimentos e por isso, não é preciso forçá-las a tal. O ensino democrático defende que basta garantir um ambiente seguro para que cada criança desenvolva, a seu ritmo, o conjunto de competências que a vão permitir tornar-se um elemento activo e bem integrado da sua comunidade.

por Miguel Ferreira*

Responder “Porque sim.” à pergunta “Porquê?” é tipicamente o ponto final numa sequência de outros tantos “porquês” que as crianças, em tenra idade, gostam de repetir até à exaustão. Um dos porquês que recebe este porque-sim é o que se refere à escola. Porque é que vamos à escola? Provavelmente a resposta mais imediata mencionará a necessidade de aprendermos a ler, a escrever, a somar e multiplicar; de aprendermos quem somos e onde estamos; de aprendermos a viver em comunidade, de aprendermos a fazer amigos e a lidar pacificamente com conflitos. Empacotando todas estas razões, pode dizer-se que vamos à escola para aprendermos a ser elementos bem integrados na comunidade em que vivemos.

Para a maioria das pessoas, pensar em escola é pensar num modelo tradicional onde os alunos aprendem todos a mesma coisa, ao mesmo tempo, em turmas organizadas por idades; onde todos são sujeitos aos mesmos métodos de avaliação e têm que coordenar as suas brincadeiras com a resolução dos trabalhos de casa. Mesmo quando conseguem sair bem sucedidos deste percurso, os alunos expressam comumente a sensação de que o tempo que dedicaram a todo o processo não valeu a pena. A sensação de que estudar é uma obrigação imposta de modo arbitrário, cujo objectivo é participar em momentos de avaliação quantificáveis, transforma os assuntos que são abordados em sala de aula em obstáculos a ser ultrapassados o mais rapidamente possível e que, uma vez superados, devem ser condenados ao esquecimento tamanho foi o desagrado causado por eles. Neste sentido o ensino torna-se ineficiente, um mero ritual de passagem para os alunos, cujo principal ensinamento que

retiram daqueles anos escolares é a resiliência perante dias de estudo aborrecidos. Este sistema e as suas consequências não são inevitáveis. Há alternativas e uma delas é a educação democrática.



Os alunos de Summerhill, pioneira das escolas democráticas, reúnem-se na câmara de debates da London City Hall em frente a um público convidado de educadores e crianças.

A educação democrática parte do princípio segundo o qual todo o conhecimento duradouro advém naturalmente do percurso de crescimento de cada aluno. Posto de outro modo: as pessoas, enquanto crescem, não têm alternativa que não seja adquirirem conhecimentos e por isso, não é preciso forçá-las a tal.

De acordo com esta abordagem, basta garantir um ambiente seguro para que cada criança desenvolva, a seu ritmo, o conjunto de competências que a vão permitir tornar-se um elemento activo e bem integrado da comunidade. A certeza de que o conhecimento que é cristalizado sem pressão é o único que contribui definitivamente para a formação das pessoas é a pedra basilar deste princípio.

Além desta abordagem livre relativamente aos conteúdos que são aprendidos por cada aluno, outro dos princípios da educação democrática é que o desenvolvimento de competências sociais – as chamadas “soft skills” – é estruturante no processo de aquisição de qualquer outro tipo de competência. É por essa razão que o “programa” da educação democrática prevê não



impacto directo e concreto na comunidade onde eles se inserem. À primeira vista, assentar o funcionamento de uma escola num sistema de democracia directa significa que a escola fica entregue aos alunos, visto que estes constituem a maioria dos elementos. Isto é preocupante para adultos habituados a um sistema de ensino tradicional. Ancorados no lugar-comum segundo o qual os mais jovens só sabem utilizar o seu tempo livre para desenvolverem actividades lúdicas, que não produzem conhecimento, os adultos têm dificuldades em confiar aos alunos a responsabilidade de decidir o que aprender, muito menos a responsabilidade de decidir acerca do funcionamento da escola. Na interpretação dos proponentes do ensino democrático, este lugar-comum existe porque se trata de uma reacção ao sistema de ensino tradicional. De facto, na maioria das escolas, os alunos são tratados como meros receptores

«Todas as decisões que dizem respeito à instituição e ao seu funcionamento são debatidas e votadas em assembleias semanais onde o voto de um aluno tem o mesmo valor que o voto de um qualquer funcionário da escola. Nestas assembleias, os alunos são encorajados a apresentar propostas, a defendê-las, discuti-las e adaptá-las.»

só a liberdade do currículo de cada estudante, como também a organização democrática da comunidade escolar.

A democracia é, então, o factor pivot em torno do qual o ensino democrático gira. Embora cada escola democrática tenha as suas idiossincrasias, estas estão tipicamente associadas ao modo como os alunos são acompanhados ao longo do seu percurso. Relativamente ao modo como a escola enquanto instituição está organizada, todas elas são muito parecidas. Especificamente, as escolas são organizadas como democracias directas. Assim, todas as decisões que dizem respeito à instituição e ao seu funcionamento são debatidas e votadas em assembleias semanais onde o voto de um aluno tem o mesmo valor que o voto de um qualquer funcionário da escola. Nestas assembleias, os alunos são encorajados a apresentar propostas, a defendê-las, discuti-las e adaptá-las. Desta maneira, os alunos tornam-se partes integrantes de um processo de decisão que tem

de informação, sem capacidade de acção, sem outras responsabilidades para além de serem capazes de tirar boas notas. Em resposta a este ambiente estruturado e inflexível, os mais jovens usam sistematicamente os tempos livres como um momento de escape e brincam, brincam, brincam. De maneira contrária – continuam os defensores do ensino democrático – quando os alunos são chamados a serem partes activas do funcionamento da escola, quando lhes é dada responsabilidade acerca do que aprendem e de como aprendem, a sua atitude muda e, como se poderia dizer, passam a comportar-se como “mini-adultos”.

Há histórias de alunos que, ao transitarem de uma escola tradicional para uma escola democrática, mantêm-se longe da sala de aula durante algum tempo – tempo esse a que se chama “descolarização”, do inglês “unschooling” – findo o qual passam a participar activamente no processo de aprendizagem, desenvolvendo as

actividades necessárias que os levam a aprender aquilo que mais lhes interessa.

“Mas como é que as crianças vão decidir o que aprender? O que é que elas sabem acerca do mundo que as rodeia para poderem decidir de maneira informada o que devem aprender?”

A estas perguntas, a educação democrática responde com a certeza de que as crianças são capazes de identificar as competências que precisam de adquirir para atingirem os seus objectivos. O ensino democrático preconiza que as crianças, porque não têm preconceitos, conseguem interpretar o mundo que as rodeia de maneira mais fidedigna que os mais velhos e que, por essa razão, serão capazes de perceber o que é que é mais relevante para o seu futuro. Além disso, há a certeza de que a aprendizagem deve ser feita em contexto e guiada pelos interesses de cada um, isto porque cada pessoa é diferente e tem maneiras diferentes de adquirir conhecimentos. Nos casos mais extremos, como por exemplo a Sudbury Valley School, onde não há plano curricular, os alunos vão desenvolvendo competências guiados exclusivamente pelos seus interesses. Um caso paradigmático é a aprendizagem da escrita e da leitura. Nesta escola as crianças aprendem esta competência de maneira colateral. Ler e escrever são competências que têm que ser dominadas se eles quiserem, por exemplo, ler um livro sobre dinossauros, ou o manual de instruções de um aparelho electrónico. Este percurso é acompanhado pelos professores que apoiam cada um dos alunos a percorrer um programa de estudos que está associado à sua experiência de vida, aos seus interesses e à sua personalidade. Assim, **a fonte de conhecimento não é o professor – que se transforma num companheiro, num guia, num consultor,...** – **mas todas as coisas que compõem o ambiente que rodeia o aluno.**

A Sudbury Valley School é um exemplo extremo no espectro das escolas democráticas. Na Escola da Ponte, a única escola democrática em Portugal, os princípios da educação democrática são aplicados mais moderadamente.

Nesta escola, onde não há turmas, a base programática é a mesma que em todas as outras escolas do país, embora a abordagem ao ensino seja diferente. Cada aluno decide a planificação do seu trabalho em conjunto com os professores,

«O ensino democrático preconiza que as crianças, porque não têm preconceitos, conseguem interpretar o mundo que as rodeia de maneira mais fidedigna que os mais velhos e que, por essa razão, serão capazes de perceber o que é que é mais relevante para o seu futuro.»

de modo a que se fixem metas de trabalho quinzenais. Estas planificações incluem não só o tempo necessário para que o aluno aprenda um determinado tópico, como também o tempo para esse tópico ser avaliado pelo professor. O momento de avaliação acontece apenas quando o aluno sente que já está preparado para ser avaliado.

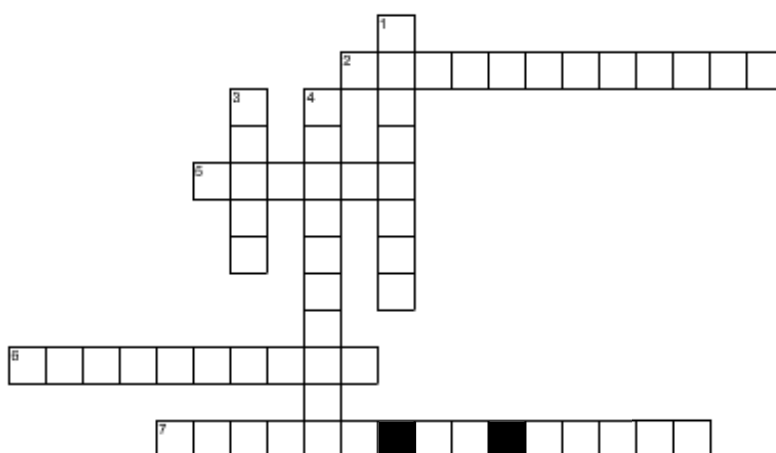
Para além dos trabalhos lectivos, os alunos também estão envolvidos em outras actividades que garantem o bom funcionamento da escola. Exemplo disso é a assembleia de escola, na qual os alunos votam as questões que dizem respeito ao dia-a-dia da escola, ou então a “comissão de ajuda”, que procura combater os casos de indisciplina.

O número reduzido de escolas que aplicam um modelo de educação democrática é um indicador claro da desconfiança que ele provoca. Mesmo assim, e considerando que o modelo de ensino vigente tem os seus problemas, as escolas democráticas são um repositório de práticas educativas que podem constituir soluções ao sistema tradicional. Num mundo que se caracteriza cada vez mais pela mudança e pela instabilidade, a maneira como se educam e formam as gerações futuras tem de ser objecto de constante reflexão; e quanto mais ampla for essa reflexão, maior é a probabilidade de se encontrarem as respostas certas.



SE QUIERES EXPLORAR MAIS...

Esperamos ter aberto o apetite para o debate, e realçado a importância de melhores abordagens à educação para a sobrevivência da democracia. Abaixo poderás encontrar um jogo de palavras-cruzadas com conceitos relacionados com a temática da edição, para orientar a tua pesquisa.



Horizontal

2. Documento máximo da lei em Portugal
5. Primeiro nome do fundador da Khan Academy, plataforma online de aprendizagem individualizada.
6. Regime no qual todos participam igualmente
7. Escola pública revolucionária em Portugal, integrante do Movimento da Escola Moderna, situada em Vila das

Vertical

1. Apelido do pedagogo inglês, orador na TED talk mais vista do mundo.
3. Apelido do Ministro da Educação responsável durante o fim da formação cívica.
4. Escola pioneira do movimento da Escola Democrática, fundada em 1921 pelo educador Alexander Sutherland

Não percas a próxima edição do Diferencial, sobre as eleições europeias e participação democrática!

Queres contribuir para o Diferencial?
Escreve-nos @ diferencial.ist@gmail.com

[/Diferencialist](#) 
[/Diferencial](#) 